

APRESENTAÇÃO - DOSSIÊ DITADURAS EM CONTEXTOS LOCAIS E REGIONAIS (PENSAR A AMÉRICA LATINA)

As historiografias latino-americanas desenvolveram-se, quase desde suas origens no século XIX, de maneiras muito distintas em relação às suas escalas de análise. Como resultado quase direto da distribuição do poder político, econômico e cultural, a historiografia brasileira não pôde deixar de situar-se e dar conta de uma pluralidade de pontos de vista e escalas, enquanto em outros casos, entre os quais Argentina e Uruguai são paradigmáticos, predominaram perspectivas centradas nas capitais.

Com o desenvolvimento das historiografias, as mudanças demográficas e a criação de centros de estudos, cursos de pós-graduação e universidades em diversas regiões, a historiografia local e regional desenvolveu-se fortemente nas últimas décadas em vários países do continente, ao mesmo tempo em que se aprofundou uma reflexão que deixou de considerar a escala menos como um fato óbvio do que como um fator a ser problematizado.

É evidente que o local e regional são categorias flexíveis, por isso é necessário estar ciente dos critérios utilizados para construí-las e de suas “artificialidades” (Serna; Pons, 2002). O “local” não é um objeto que preexiste ao seu estudo, mas sim um recurso analítico para a compreensão de uma realidade em um determinado espaço e em relação a uma totalidade mais abrangente, de modo que, em última análise, como diz Levi (2015), vejamos o que decidimos ver.

Como já foi apontado em muitas ocasiões, a redução de escala contribui para problematizar o espaço como uma categoria de análise, questionando as evidências da escala nacional, ajudando a restaurar a agenda de assuntos tradicionalmente pouco estudados e nos permitindo explicar processos, práticas e atores que as perspectivas nacionais, às vezes, nos impedem de perceber.

Já são mais de sessenta anos do estabelecimento da última ditadura no Brasil (1964-1985) e de meio século do golpe de Estado de 1976 na Argentina. Isto nos permite apreender, desde uma perspectiva local e regional, e

de fato, dar conta de processos repressivos, de resistência e de cumplicidade que não poderiam ser percebidos em escalas mais amplas, mas também que esse conhecimento do local só tem pleno significado no diálogo com o nacional e o transnacional.

Os estudos apresentados neste dossiê fazem uma reflexão abrangente e plural, que permitem uma crítica acurada sobre as incontornáveis dimensões políticas, sociais e culturais envolvidas nas diversas conjunções ditatoriais instauradas na América Latina, especialmente na Argentina e no Brasil.

Acreditamos que o dossiê possa contribuir para explorar as múltiplas formas de como essa realidade foi imposta e foi vivenciada pelos mais diversos agentes sociais e de como esses agentes sociais enfrentaram ou negociaram a sua participação nesses espaços de vivência e formas de organização, eivados por forte controle social e violência.

Este dossiê “Ditaduras em contextos locais e regionais (Pensar a América Latina)” é composto por oito artigos. São três artigos de pesquisadores argentinos e cinco de pesquisadores brasileiros, das mais diversas universidades.

O artigo que abre o dossiê intitula-se “Cómo llamar lo que no tiene nombre. La revista *El Porteño* y la denuncia de los crímenes de la última dictadura militar en Argentina (1982-1987)”, de autoria de Carolina Liberczuk. A autora utiliza como referência para o seu campo de análise a revista mensal *El Porteño*, que foi criada para fazer contraponto aos grandes meios de comunicação de massa argentinos que eram próximos do regime. Esta revista representou as transformações culturais que estavam ocorrendo naquele período na Argentina, abrindo espaços para o debate sobre drogas, sexualidades dissidentes e elementos da cultura do rock, entre outros temas. Além disso, a revista deu espaço e ampla difusão às denúncias dos crimes cometidos pela Ditadura e das manifestações dos organismos de direitos humanos que lutavam por justiça.

O segundo artigo “Actitudes sociales durante el último régimen militar en Argentina: el caso de Coronel Pringles”, de Damián Santos analisa um caso específico, mas repleto de significados. No mês de setembro de

1976, o Ministério da Educação da província de Buenos Aires publicou um decreto proibindo que as escolas utilizassem o método pedagógico conhecido como “Educação e Libertação”, inspirado no educador brasileiro Paulo Freire. De imediato, um grupo de docentes do Colégio Católico Sagrado Coração, da cidade de Coronel Pringles, pressionou a direção do colégio para o cumprimento da ordem oficial. A demora da direção em acatar o decreto governamental gerou um conflito que extrapolou o âmbito institucional. Em dezembro de 1976, o colégio sofreu intervenção e ao longo do ano de 1977, a ordem religiosa que dirigia o estabelecimento, abandonou a cidade. O caso ficou silenciado até o ano de 2002, quando um grupo de jovens fez uma investigação audiovisual sobre as consequências da ditadura na cidade, trazendo à superfície aqueles acontecimentos. No artigo, essas tramas silenciadas da história são reveladas, concluindo-se que o afastamento das religiosas do colégio não foi apenas uma disputa interna entre dois grupos de docentes com visões pedagógicas diferentes, mas teve o envolvimento direto de diversos atores da sociedade de Coronel Pringles.

No artigo “Sociedad, Guerra de Malvinas y “transición democrática”. Lo político y la política en Neuquén (Argentina) durante el conflicto bélico”, de Andrea Belén Rodríguez, o objetivo da autora é repensar uma imagem muito difundida e cristalizada (que inclusive permeia parte da historiografia argentina, como frisou a autora) na qual a Guerra das Malvinas foi um acontecimento de total excepcionalidade nas relações entre a sociedade civil e a última Ditadura Militar. Ao contrário desta visão, a pesquisadora procura problematizar esta interpretação e reintegrar a Guerra das Malvinas e toda a conjuntura que a envolveu, para pensar as continuidades e rupturas do momento da guerra, tanto com o período pré-guerra quanto o pós-guerra. Para isto, toma como referência as dimensões políticas e sociais na cidade de Neuquén, localizada no norte da Patagônia argentina.

No artigo, “Os réus sem crime: documento do SNI sobre a perseguição a jornalistas paranaenses no alvorecer da Ditadura Militar brasileira (1964)” de José Wilson Neves, o autor examina a censura, a vigilância e a perseguição contra membros do Sindicato dos Jornalistas do Paraná e os profissionais da sucursal do jornal Última Hora, em Curitiba (PR), no

período imediatamente posterior ao golpe militar de 1964. Utiliza-se como base metodológica a análise de documentos da Agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informações (SNI) e problematiza como a ideologia de Segurança Nacional orientou a condução dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e foi utilizada na perseguição política e ideológica contra este grupo de jornalistas paranaenses. Ao longo do artigo, a pesquisa demonstra o caráter contraditório das argumentações investigativas realizadas pelos agentes estatais da Ditadura Militar, evidenciando, também, as múltiplas formas de violência que eram impostas aos sujeitos classificados como potencialmente comunistas no país.

Na sequência, os autores Paulo Roberto Krüger e Angelo Priori, no artigo intitulado “Processos da SCGI/PR de 1969 contra (ex) prefeitos: palco de rivalidade, moralização e autoafirmação política” analisam o papel que exerceu a Subcomissão Geral de Investigações do Estado do Paraná (SCGI/PR) durante a Ditadura Militar. A SCGI/PR foi um órgão vinculado ao Sistema CGI – Comissão Geral de Investigações – criada em 1968 e amparada pelo Ato Institucional n.5 (AI-5), que atuou especialmente em investigações de enriquecimento ilícito no serviço público. A SCGI/PR iniciou suas atividades em meados de 1969, quando passou a receber denúncias e fazer a abertura de processos contra servidores públicos, políticos, entre outros. Para a análise, os autores tomaram como exemplos e referências alguns processos abertos pelo órgão contra ex-prefeitos de cidades paranaenses.

Já a autora Jussaramar da Silva no artigo “Sistemas de comunicação para controle de classe: o caso da Itaipu Binacional (1974-1983)” analisa o processo de construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, para discutir como a empresa se utilizou do seu sistema interno de comunicação para vigiar e controlar a classe trabalhadora, bem como utilizou a participação das suas Assessorias de Segurança para contribuir para os sistemas de informações do Brasil e seus correlatos nos países do Cone Sul. As fontes pesquisadas indicam que a empresa adquiriu um moderno sistema de rádio para comunicação criptografada, revelando novas formas de se pensar a questão da repressão e o envolvimento de empresas durante a Ditadura Militar.

Neste mesmo exemplo de grandes projetos de infraestrutura levados à cabo pela Ditadura Militar brasileira nos anos 1970/1980, temos o artigo “Transamazônica: o caminho do homem: Ditadura Militar, propaganda e projeto de urbanismo rural em um recôndito da Amazônia”, escrito por Thiago Broni, que analisa a construção da rodovia Transamazônica e os projetos de colonização na Amazônia entre as cidades de Altamira e Medicilândia, no sudoeste do Pará, durante a Ditadura Militar. Explora como a propaganda governamental, especialmente na década de 1970, incentivou a migração para a região, apresentando-a como uma solução para os desvalidos das crises da seca no Nordeste brasileiro e para o assentamento de agricultores expropriados pela concentração fundiária no Sul do país. Demonstra como a rodovia Transamazônica foi promovida como símbolo de um “Brasil Novo”, oferecendo terra e trabalho, embora a realidade fosse marcada por falta de infraestrutura e condições adversas. Por fim, examina como a ditadura moldou a colonização com estratégias tecnocráticas, ignorando especificidades locais, e analisa o papel da propaganda e do “urbanismo rural” na construção de um estado de necessidade para legitimar o projeto e exercer o controle social sobre a sociedade.

Para fechar este dossiê, publicamos o artigo “Pluripartidarismo e “arenização” do PMDB no Paraná (1979-1985)” de Lucas Alves. Neste artigo, o autor aborda a última transição política brasileira, em especial o período da chamada abertura, com o objetivo de compreender as implicações do retorno do pluripartidarismo para as relações políticas no estado do Paraná. Reflete, a partir da escala estadual, como as práticas conciliatórias, tomadas como elemento da cultura política brasileira, foram operacionalizadas no âmbito das estruturas partidárias, para demonstrar que os novos arranjos político-partidários possibilitaram um processo de “arenização” da oposição. O enfoque, portanto, recai sobre o cenário político paranaense e compreende os anos de 1979 a 1985. As análises apontam como a transição apresentou limites regionais que contribuíram para o desenho político do período, considerando uma lógica pensada a nível federal.

As imagens que apresentamos na capa deste dossiê é, do nosso ponto de vista, um exemplo significativo de como agiam as ditaduras latino-americanas e de como elas tinham apoio em diversos setores da sociedade

civil, retratados em vários artigos desta coletânea. As icônicas fotografias mostram dois funcionários da UHE Itaipu Binacional comemorando os atos criminosos de incêndios de casas de indígenas da etnia Avá-Guarani, que foi expulsa de suas terras localizadas no Oeste do Paraná/Brasil, durante o processo de construção da hidrelétrica e da formação do Lago de Itaipu, que inundou milhares de hectares de terras agricultáveis de pequenos proprietários e comunidades indígenas. As fotografias foram cedidas por um antigo funcionário de Itaipu à Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná, porém não foram incorporadas no relatório final (CEV/PR, 2017). O site Intercept Brasil resgatou as fotografias, que estão disponíveis para acesso livre (Intercept, 2018).

Os organizadores deste dossiê agradecem aos autores que submeteram e tiveram seus artigos aprovados, bem como toda a direção e o conselho editorial da Revista *História: Questões e Debates*, por ter aberto espaço para tão significativa reflexão temática.

Os organizadores

Daniel Lvovich (UNGS, Argentina – Conicet)

Angelo Priori (UEM, Brasil – Fundação Araucária)

Buenos Aires, Argentina; Maringá/PR, Brasil, outubro de 2025.

Essa edição da revista *História: Questões & Debates* conta também com outros seis artigos em sua sessão livre. Em “A retórica revisionista sobre a ditadura brasileira (1964-1985) nas análises de Daniel Aarão Reis”, Cláudio Beserra de Vasconcelos analisa os padrões que orientam a produção do historiador carioca sobre o golpe de 64 e a ditadura subsequente. O objetivo é compreender, em uma perspectiva crítica, o processo de construção e disseminação de uma lógica argumentativa revisionista, indicando algumas características na historiografia de Aarão Reis que culminam no

desmerecimento e/ou apagamento de análises antagônicas, notadamente as marxistas. Em “Imagens, pedofilia e memória em uma revista na década de 1990”, Luciano de Pontes Paixão e Francisco Ramos de Farias analisam a relação entre memória, pedofilia e imagens publicadas na revista *Gaie France*, conhecida por sua defesa do direito dos adultos em fazer sexo com crianças e adolescentes. Os autores argumentam que as imagens produziam em seus leitores, além de um sentido de pertencimento, uma memória compartilhada, além de servirem como instrumento político no intuito de obter transformações sociais.

Já em “Das normas às ordens do tempo: a Polícia Militar na Bahia – PMBA – na democracia (1980 aos dias atuais)”, Filipe Arnaldo Cezarinho, propõe um recorte sobre a atuação da PM baiana nas últimas quatro décadas, problematizando como a instituição reagiu e se adaptou ao processo de redemocratização, com resultados conflituosos: de um lado, um esforço para atender às demandas e valores democráticos e, de outro, o apego ao passado e práticas que reproduzem o autoritarismo e a violência. A presença estadunidense no Brasil nos anos anteriores ao golpe de 64 é analisada por Vicente Gil da Silva e Laura Maria Loss Schwarz em “Relações da CIA com atores políticos brasileiros no contexto de crise do governo João Goulart (1961-1964). No artigo, os autores apresentam relações entre oficiais da *Central Intelligence Agency* (CIA) e atores políticos brasileiros na conjuntura de crise do governo João Goulart. A intenção é identificar as conexões entre representantes da agência norte-americana e grupos ou indivíduos brasileiros envolvidos em iniciativas golpistas.

De autoria de Marcos Eduardo Meinerz e Márcio José Pereira, “O novo perigo alemão: a presença real e imaginária dos alemães no Brasil durante o século XX”, analisa como o imaginário do “perigo alemão” do início do século XX transformou-se até se configurar, após o fim da Segunda Guerra Mundial, no que os autores denominam o “novo perigo alemão”. Trabalhando com fontes bastante diversas, os autores mostram que, com o término do conflito, muitos imigrantes e descendentes alemães eram identificados como participantes de uma conspiração com fins a edificar, no Brasil, o IV Reich. No último artigo da sessão livre, “Em defesa dos Khoikhoi: missionários e rebeldes nos escritos de James Read Jr. (Colônia

do Cabo – 1850-1852)”, Evander Ruthieri da Silva problematiza, a partir das cartas do missionário James Read Jr. publicadas no jornal *The South African Commercial Advertiser*, a defesa dos moradores do Kat River feita pelo missionário. Mobilizando discursos de conteúdo religioso e a ideia de regeneração, Evander mostra como, em suas missivas, James Read Jr., mesmo contrário aos métodos rebeldes, pretendeu defender o direito à terra dos khoikhoi após a revolta de Kat River, entre 1850 e 1851, nas fronteiras da Colônia do Cabo.

Fechando a edição, em “Por uma paz justa e duradoura na Palestina/Israel: compreendendo e desarticulando o Apartheid”, o historiador Fábio Bacila Sahd entrevista Richard Falk, professor emérito de Direito Internacional na Universidade de Princeton. Autor de uma vasta bibliografia, Falk preside o Conselho de Administração do *Euro-Mediterranean Human Rights Monitor* e foi, de 2008 a 2014, Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados.

Boa leitura a todas e todos.

Clóvis Gruner
Fernando Seliprandy
(Editores)